

Potência e Modalidade – Alexander Bird

Potency and Modality

Rodrigo Reis Lastra Cid**

1 Potência e Ser

Chamemos uma propriedade que é essencialmente disposicional de *potência*.¹ David Armstrong pensa que as potências não existem. Todas as propriedades esparsas são essencialmente categóricas, e as propriedades esparsas são as propriedades explicativas do tipo que a ciência quer descobrir. Uma visão alternativa, mas que não é a única, é que todas as propriedades esparsas são potências ou sobrevivem a elas. Neste artigo, vou considerar as diferenças entre essas visões, em particular as objeções que Armstrong levanta contra as potências.

Esta é uma questão da ontologia. A ontologia tem inúmeros termos para descrever talvez diferentes tipos ou graus de ‘ser’. Podemos dizer de algo que ele é, que existe, que é real, que é actual. Enquanto alguns filósofos trataram tais termos como equivalentes, outros trataram os mesmos termos como distintos. No que se segue, tomarei ‘X é’, ‘X existe’, ‘X é real’ como sendo equivalentes, e como sendo verdadeiros precisamente quando $\exists y(y=X)$. (O quantificador ‘ $\exists y$ ’ pode ser considerado apropriado para entidades de ordem X. Então, ‘ $\exists y$ ’ quantifica sobre propriedades quando X é suposto ser uma propriedade.) Usarei o termo ‘ser’ do seguinte modo. O ser de X consiste dos fatos que são implicados pelo fato de que X é, em virtude da essência de X. Com efeito, esta definição é oposta à de Locke de que a essência é o ser de qualquer coisa e de que é ela que faz algo ser o que é (Locke, 1960/1964, p. 270). A oração ‘em virtude da essência de X’ é requerida porque todos os fatos necessários serão implicados por qualquer fato, embora nem todos os fatos necessários sejam partes do

* O tradutor deste artigo recebeu autorização de tradução diretamente do autor Alexander Bird e da Springer, por meio de Nel van der Werf. A referida autorização encontra-se em poder da revista. E o artigo original em inglês do qual este é tradução está publicado em *Synthese*. CXLIX/3 (2006), pp. 491-508.

** Mestrando em Lógica e Metafísica pelo PPGLM/UFRJ e bolsista CAPES. Contato: rodrigoricid@ufrj.br.

¹ Às vezes chamadas *poderes* (e.g., por Ellis (2002)). Eu prefiro introduzir um termo técnico que não tem outro uso.

ser de cada entidade. Assim, parte do ser do fato de que João ama Maria é o fato de que João existe (mas não o fato de que $2 + 2 = 4$). A natureza da actualidade será abordada posteriormente.

Parte do ser de uma potência é a existência de uma potencialidade. Já que potências são essencialmente disposicionais, cada potência terá manifestações potenciais. Porém tais manifestações podem ser meramente potenciais. Uma disposição pode ter manifestações não realizadas. Logo, o fato de que o vidro frágil *quebraria* se caísse no chão é parte do ser do fato de que o vidro é frágil, inclusive se o vidro nunca cair no chão e nunca quebrar. Podemos estar aptos a ir mais longe e dizer que a potencialidade estímulo-dependente de uma potência exaure seu ser. Não há nada mais para a essência de uma potência do que sua potencialidade. A combinação do estímulo de uma potência com sua manifestação é suficiente para identificar uma potência. A massa inercial m é apenas a disposição para acelerar a uma proporção de F/m em resposta à força atuante F . Não há outra potência que não a massa inercial com somente aquela manifestação e estímulo. É claro que a potencialidade *pode* ser manifestada, caso qual uma certa possibilidade é realizada, porém, igualmente, ela pode não ser manifestada.

O fato de que o ser de uma potência é sua potencialidade é a base para crítica de David Armstrong da potência. Os argumentos que apresentarei abaixo são antes reconstruções da crítica de Armstrong, do que um relato literal da mesma. Meu objetivo inicial é apresentar uma gama de argumentos possíveis para um armstronguiano de maneira mais claro possível. A crítica armstronguiana reconstruída tem duas partes, as quais chamo *potencialidade demais* (PD) e *actualidade de menos* (AM)*. A ‘potencialidade demais’ diz que apenas o actual é real. A potencialidade não manifestada envolve uma possibilidade que é não-actual. Então, algo cujo ser inclui a potencialidade não pode ser adequadamente real. A ‘actualidade de menos’ diz que porque a potencialidade de uma potência exaure seu ser, e porque uma potencialidade pode ser uma *mera* potencialidade, o ser de uma potência não tem nada que garanta sua realidade.

Argumentarei que as potências não são piores que a alternativa de Armstrong a esse respeito, que fala sobre propriedades categóricas que podem ser relacionadas em leis por uma relação de necessidade nômica. Essas considerações nos levam a considerações ainda mais gerais sobre a modalidade e sobre o ser de entidades meramente possíveis.

2 Actualidade de menos (AM)

Tomemos primeiro AM. Este argumento vem numa versão forte e noutra fraca. Apresentarei na próxima seção a versão fraca, cuja conclusão é que nem todas as propriedades podem ser potências.

* N.T.: As siglas do original em inglês são “PD” para *too much potentiality* (potencialidade demais) e “AM” para *too little actuality* (actualidade de menos).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

A versão forte argumenta que nenhuma propriedade pode ser uma potência. Não é claro que Armstrong de fato espouse esta versão forte do AM. Entretanto será dialeticamente útil tê-la considerado. Aqui está uma das coisas que Armstrong diz sobre o assunto.

A primeira dificuldade [para o disposicionalista ou para o teórico da potência] advém do fato de que uma disposição concebida por um disposicionalista é como um fato ou estado de coisas hipotético e congelado: se este objeto sofre um choque repentino, então seu estilhaçar é causado (ou há uma certa probabilidade objetiva de isso ser causado). Isso é, como se fosse um bilhete de inferência (como disse Ryle), mas um que existe na natureza (tal como Ryle dificilmente teria permitido). Isso é tudo que há para uma disposição particular. Considere, então, o caso crítico em que uma disposição não está manifestada. *Este objeto ainda tem em si mesmo uma referência a uma manifestação que não ocorreu.* Ela aponta para uma coisa que não existe (1997, p. 79).

A conjunção de ‘isso é tudo que há para uma (...) disposição’ e ‘ela aponta para uma coisa que não existe’ sugere ou induz o pensamento de que ao menos no caso de uma disposição não manifestada, ela não tem um ser actual o suficiente para que a potência seja real.

Suponhamos que este pensamento é parte da objeção de Armstrong às potências. Seria sua própria visão melhor? Isto é, tem o ser de uma propriedade categórica mais actualidade que o ser de uma potência? Não é de todo claro que ela o tenha. Antes, parece que as propriedades categóricas têm *menos* ser que as potências. O ser de uma potência inclui o poder de acarretar certos efeitos (sua manifestação). Na visão de Armstrong, a responsabilidade pelas relações nômicas e causais reside nas leis. As leis são contingentes e não são partes do ser de nenhuma propriedade, e não são implicadas pelo ser de nenhum objeto. Onde o teórico da potência tem apenas uma potência, o categoricalista tem uma propriedade categórica e mais uma lei. É a última que é responsável pelo que o teórico da potência toma como a potencialidade de uma propriedade.

Então, parece como se as propriedades categóricas fossem potências, mas sem sua potencialidade. Ou seja, parece como se houvesse muito pouco no ser de uma propriedade categórica. O que a essência de uma propriedade categórica implica, segundo Armstrong? Somente o seguinte:

- (a) ela é distinta de (não idêntica a) outras propriedades;
- (b) ela é um universal e, assim, pode ter instâncias;
- (c) ela tem pelo menos uma instância.

A característica (c) está aí porque Armstrong rejeita universais não instanciados. Este assunto não tem ligação direta com o assunto corrente – o teórico da potência *poderia* aceitar que (c) é verdade

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

com relação às potências (embora eu não aceite).² O teórico da potência pode (e deve) também sustentar que (b) é verdade com relação às potências. O que nos deixa (a) – que é parte da essência de uma propriedade categórica que ela seja distinta de outras propriedades. Se aceitamos a necessidade da identidade, então acreditamos que é uma verdade necessária que concerne *qualquer* entidade que ela seja distinta de outras entidades. Penso que um teórico da potência pode (e, novamente, deve) aceitar a necessidade de identidade. Consequentemente, a distinção necessária com relação a outras propriedades será uma característica de ambas potências e propriedades categóricas. Se tal distinção é também parte das *essências* das potências e das propriedades categóricas é talvez algo que suscite a discussão.³ Porém, presumivelmente, com relação a este ponto, o que vale para as propriedades categóricas vale também para as potências e vice-versa, e assim devo permitir que essa distinção seja ao menos parte do ser das propriedades categóricas – caso em que ela é também parte do ser das potências. Podemos concluir que toda característica do ser das propriedades categóricas é compartilhada pelo ser das potências, enquanto o ser das potências tem algo mais (a característica da potencialidade). Por isso, se ao ser das potências falta actualidade suficiente para serem reais, então ao ser das propriedades categóricas faltará igualmente a actualidade para que sejam reais.

3 Disposições Infundadas?

A versão fraca do argumento AM é expressa por outra objeção que aqueles que se opõem à asserção de que todas as propriedades são potências. Armstrong constrói o argumento desta maneira: “suponha que alguma coisa age e como resultado outra coisa adquire uma nova propriedade (...) Se e quando esta nova propriedade tem seus efeitos, eles também serão uma questão de ganhar, perder ou manter propriedades puramente disposicionais. Isto é aceitável?” (1997, p. 80). Armstrong pensa que isso não é aceitável. Ele concede a George Molnar um caso que parece prover um modelo para esta situação, quando um objeto magnetizável torna-se magnetizado. Ser magnetizável é uma disposição cuja manifestação é outra propriedade disposicional, o ser magnético. Mas Armstrong nega que isso possa ser generalizado, sustentando que a cadeia de disposições deve estar fundamentada numa base puramente categórica, de modo que um disposicionalista terá de aceitar ao menos algumas propriedades categóricas não-disposicionais (tais como propriedades espaço-temporais, como no caso de Ellis e Lierse (1994)).⁴

Esta é uma variante fraca do argumento da actualidade demais, considerado na seção anterior. Aqui está a metáfora que Armstrong utiliza: “dada uma abordagem puramente disposicionalista das

² Eu discuto a condição de instanciação de Armstrong e sua relação com as potências em Bird, na prensa.

³ Cf. Fine, 1994.

⁴Ver Blackburn, 1990, para ver outro argumento nesta linha. Holton (1999) fornece um modelo que mostra como lidar com potências sozinhas.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – N° 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	--------------	---------------	------------

propriedades, os particulares pareceriam sempre estar re-arrumando suas malas na medida em que eles mudam de propriedades, ainda que nunca tomem o caminho da potência para o acto. Pois ‘acto’, nesta visão, não é nada mais que uma potência diferente” (1997, p. 80).⁵ Eu tomo um *acto* como sendo um evento ou um acto que é genuinamente actual. A acusação de Armstrong é que, na visão disposicionalista, a manifestação de uma disposição não é, afinal, um acto, já que é apenas outra potência. Isto é somente dizer que a potência em questão não tem ser suficiente para ser verdadeiramente actual.

Superficialmente, isso parece uma negação direta da visão disposicionalista de que as potências são partes genuínas do mundo actual. Afinal, o teórico da potência pode replicar “eu penso as potências como reais – então elas não precisam tomar o caminho para o acto para se tornarem reais”. Neste caso, a disputa pareceria descer a um choque de intuições quanto a se podemos fazer sentido da idéia de uma potência sendo verdadeiramente actual (sem ser, como Fodor poderia colocar, ‘realmente algo mais’). Armstrong parece aceitar este resultado, falando sobre o disposicionalismo assim: “eu hesitaria em dizer que ele envolve uma contradição actual. Mas de fato ele parece ser uma visão muito contra-intuitiva”.

Mas o argumento é mais que apenas um choque de intuições. Pois como vimos na seção anterior, o teórico da potência pode ao menos dizer ‘*tu quoque*’. Qual é a visão alternativa de Armstrong do que acontece quando um particular adquire uma nova propriedade como resultado da manifestação de uma disposição? O que é adquirido é uma propriedade categórica. Isto pode envolver a aquisição de um poder disposicional, graças ao modo como a propriedade categórica está ligada às leis da natureza. Mas considerando apenas a essência da propriedade categórica, o particular adquire *menos* ser (ou ao menos não mais ser) do que quando, segundo o teórico da potência, ele adquire uma potência. Pois o ser de uma propriedade categórica, além de ser um universal (instanciado), não é nada mais que sua distinção de outras propriedades categóricas. E isso também é uma característica necessária das potências (e de qualquer outra coisa). Consequentemente, adquirir uma propriedade categórica não traz consigo mais ser do que adquirir uma potência. E, assim, deve ser falso que (a) adquirir uma propriedade categórica tem um ser actual suficiente para ser um acto verdadeiro, e que (b) adquirir uma potência tem um ser actual insuficiente para ser um acto verdadeiro.

4 Potencialidade Demais (PD)

O argumento AM acusou as potências de terem muito pouco ser actual para serem de todo genuinamente reais. Esta acusação falha por não mostrar o que *seria* o suficiente de ser actual. E

⁵De acordo com Armstrong, a metáfora é emprestada dos comentários de Boyle Gibson sobre os filósofos lingüísticos.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

certamente as propriedades categóricas têm menos ser total que as potências, e o mesmo ou menos ser actual que as potências. Contrariamente, o argumento PD acusa as potências de terem *mais* ser do que deveriam. Dada a resposta para o argumento AM, poderia parecer que o PD está em bases mais firmes. Ele pode aceitar que, qualquer que seja o ser que as propriedades categóricas têm, as potências também o têm. Mas, então, segue o argumento, o ser extra que as potências têm é, de alguma forma, ilegítimo.

Armstrong pensa o ser (extra) das potências como ilegítimos por causa de dois motivos. O primeiro é o que ele pensa ser a intencionalidade das potências. O segundo é a não existência de ser extra no caso de disposições não manifestadas.

Uma disposição, diz Armstrong, aponta para sua manifestação, e no caso de uma disposição não manifestada, ela aponta para algo não existente. Podemos ilustrar este caso com a propriedade da fragilidade. A ilustração é apenas uma ilustração, e não um exemplo, pois o teórico da potência tem o direito de rejeitar tomar a fragilidade como um tipo de propriedade natural fisicamente básica com a qual ele está preocupado. Se um exemplo é requerido, o spin, uma propriedade das partículas subatômicas, pode vir a calhar. O spin é a propriedade de uma partícula que, sob o estímulo de um movimento num campo magnético não uniforme, manifesta-se como uma força transversa à direção do percurso. Ficaremos com a mais familiar fragilidade para força de ilustração. Se a fragilidade fosse uma potência, ela seria essencialmente a propriedade cuja manifestação é quebrar-se em resposta ao estímulo de sofrer uma tensão adequada. Este é o caso inclusive se o objeto frágil não sofresse tensão e não quebrasse. O ‘aponta para’ de Armstrong é uma metáfora. Não é que a análise de ‘frágil’ envolve o conceito ‘quebrar’, pois estamos fazendo metafísica, e não análise conceitual. Preferivelmente, ele deve ser um apontar ontológico.

Armstrong tem dois problemas com este apontar para um quebrar que não ocorreu. O primeiro aspecto no qual este ‘apontar para’ é ilegítimo é que ele é de todo um ‘apontar para’. Entretanto, a metáfora é esclarecida: as coisas básicas do mundo não devem ter esta característica, a intencionalidade. Uma tarefa importante para a filosofia é mostrar como o intencional pode ser explicado em termos não-intencionais; uma tarefa que seria sem sentido se tudo fosse intencional. Não tratarei aqui dessa crítica, principalmente porque ‘apontar’ com relação a potências é inteiramente diferente da intencionalidade mental que é vista como problemática na filosofia da mente.⁶

Mais importante é a crítica de Armstrong de que apontar possa ser um apontar para o que não é actual. Na medida em que o que é apontado é parte do ser da potência, o ser de uma potência pode envolver um estado de coisas não actual. Então, embora o ser das potências possa ter algo extra que o

⁶Deve ser notado que alguns filósofos, tais como U. T. Place (1996) e, menos diretamente, Brian Ellis (2002), adotam a semelhança com a mente para as potências e, portanto, não tomam o ponto de Armstrong como um problema afinal. Na minha visão, eles estão equivocados ao pensar que as potências são de fato semelhantes à mente.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

ser das propriedades categóricas não tem, a acusação é que esse ser extra é ilegítimo, em virtude de envolver estados de coisas (nisso todos estão de acordo) que são às vezes não actuais, sendo meramente potenciais. Pois parece haver algo de errado com o fato de o ser do actual envolver o não actual. É assim que Armstrong coloca este ponto: “(...) como pode um estado de coisas de um particular tendo uma propriedade desenvolver dentro de si mesmo uma relação (de qualquer tipo) com um ulterior estado de coisas de primeira ordem, a manifestação, que muito frequentemente não existe? Temos aqui uma metafísica meinonguiana, na qual as coisas actuais são de alguma maneira relacionadas com coisas não existentes” (Armstrong, 1997, p. 79; cf. Crane, 1996, pp. 16-17).

Em resposta ao argumento da Actualidade de Menos (AM), o teórico da potência deve responder que a posição de Armstrong seria vulnerável ao mesmo argumento, caso fosse correta. Novamente, no caso da Potencialidade Demais (PD), a resposta do teórico da potência é ‘*tu quoque*’. Seja $D_{S,M}$ a potência que é a propriedade cuja essência é manifestar M em resposta ao estímulo S . A objeção de Armstrong é a de que algum objeto (chame-o de ‘ a ’) pode possuir $D_{S,M}$, ainda que a nunca seja estimulado por S e, assim, nunca manifeste M . Logo, Ma é uma possibilidade não actual. Porém, que seja uma possibilidade, isso é parte do ser de $D_{S,M}$ porque a existência dessa possibilidade é implicada pela essência de $D_{S,M}$.⁷

Vejamos como a mesma objeção se aplicaria à própria posição de Armstrong. Armstrong rejeita a existência de qualquer potência tal como $D_{S,M}$. Em seu lugar ele postula um universal D^* e uma lei relacionando D^* aos universais envolvidos no estímulo e na manifestação (chame-os de S^* e M^*). Podemos simbolizar a lei por $N(D^* \& S^*, M^*)$, a fim de mostrarmos que os universais D^* e S^* ‘necessitam’ contingente-mente do universal M^* .⁸ Seja a um objeto. De acordo com Armstrong, a lei $N(D^* \& S^*, M^*)$ e a posse da propriedade categórica D^* por a é o fazedor de verdade conjunto para as frases ‘ a está disposto a manifestar M^* em resposta a S^* ’ e ‘caso a fosse S^* , ele seria M^* ’. E este é o caso inclusive se a nunca for S^* e, assim, nunca for M^* . Então, já que um fazedor de verdade implica a verdade da proposição da qual ele é um fazedor de verdade, a existência da combinação de D^*a com $N(D^* \& S^*, M^*)$ implica a verdade de ‘caso a fosse S^* , ele seria M^* ’ e portanto de ‘é possível que M^*a ’. Se ‘é possível que M^*a ’ é verdade, então é possível que M^*a . Consequentemente, a existência

⁷Mais estritamente, deve-se negar isto, pois a possibilidade de Ma é implicada pela essência de $D_{S,M}^a$ *mais* a possibilidade de Sa (e, mais estritamente ainda, mesmo que não seja totalmente certo, por causa dos impedimentos [*finks*] e antídotos – ver nota 8 abaixo). Isso permitiria uma melhor linha de defesa contra Armstrong. Entretanto, podemos acabar considerando casos onde a possibilidade de Sa é ela própria necessária, ou, mais genericamente, casos onde necessariamente se $D_{S,M}^a$ é actual, Sa é possível. Por exemplo, é necessário que se algum vaso é frágil, então é (metafisicamente) possível que ele quebre. Em tais casos, a existência de $D_{S,M}^a$ pode ser dita como implicando a possibilidade de Ma , em virtude de sua essência. Tomarei isso como dado no que se segue.

⁸Para ser preciso, isso não é inteiramente correto, já que implica que sempre que uma disposição e seu estímulo são instanciados, a manifestação é também manifestada. Mas como Charlie Martin mostrou, isto é falso no caso das disposições que são impedidas de ocorrer quando deveriam [*finkish dispositions*] (Martin, 1994). Isto também é falso para disposições sujeitas a antídotos (Bird, 1998).

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

da combinação de D^*a com $N(D^* \& S^*, M^*)$ implica a possibilidade de M^*a , uma possibilidade que neste caso é não actual. E, portanto, uma possibilidade não actual é parte do ser, não de D^*a sozinho, mas também do ser da combinação de D^*a com $N(D^* \& S^*, M^*)$.

Assim, inclusive na abordagem de Armstrong sobre as disposições e suas contrafactuais relacionadas, é o caso que o ser de um estado de coisas actual ou da combinação de estados de coisas, neste caso D^*a e $N(D^* \& S^*, M^*)$, envolve uma possibilidade não actual não realizada. Se o fato de o ser de um alegado X incluir uma possibilidade não actual for uma razão para duvidar da existência de Xs, ele é também uma razão para duvidar da combinação de leis e propriedades categóricas na concepção de Armstrong.

5 Armstrong, Realismo Modal e Atualismo Megariano

Até agora venho defendendo as potências das objeções de Armstrong, mostrando que sua própria visão é susceptível às mesmas críticas. Há algo mais para aprendermos com essa troca? Ou estão ambas as visões enganadas, e é requerida uma terceira visão? Minha proposta é que, porque ambas as visões sofrem da mesma (alegada) crítica, tal crítica deve ser um erro. No restante deste artigo, tentarei diagnosticar este erro e indicar algumas das consequências mais gerais para a metafísica modal.

A seção precedente sugere que qualquer visão terá esta consequência:

(A) o ser de algo puramente actual (algo que é uma parte do mundo actual) pode incluir algumas possibilidades não realizadas;

se tal visão aceitar o seguinte:

(B1) contrafactuais não triviais podem ser verdadeiras de acordo somente com os fatos do mundo actual;

ou

(B2) disposições não manifestadas podem ser partes do mundo actual.

Pois o ser de uma disposição não manifestada e o ser de um estado de coisas contra-factual envolvem possibilidades não-realizadas. E, se a disposição não manifestada é completamente uma parte do mundo actual ou a contrafactual é verdadeira em virtude do modo como o mundo actual é, então as possibilidades não realizadas devem ser partes do mundo actual.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

A única maneira de evitar (A) é negar (B1) e (B2). Os actualistas megarianos asserem que o que é é completamente actual, e assim negam (A). De modo correspondente, eles negam que uma disposição possa existir sem ser manifestada, i.e., eles negam (B2). Por exemplo, de acordo com Aristóteles, este actualista nega que uma coisa pode actuar, exceto quando está actuando e, assim, nega, por exemplo, que um construtor tem o poder de construir quando não está construindo (cf. Prior, 1985, pp. 12-14).

Se o megariano utilizar uma semântica padrão dos mundos possíveis para as contrafactuais, as proposições contrafactuais irão colapsar com sua condicional material correspondente. Assim, elas se tornam triviais – a proposição de que Mr. Weedy levantaria um carro de uma tonelada se treinasse é verdadeira apenas enquanto ele não treinar. Isso requer que neguemos também (B1), porque as contrafactuais não triviais foram negadas. Realistas modais, como David Lewis, negam tanto (A), como (B1) e (B2). Porém no caso deles, eles não rejeitam disposições não manifestadas e possibilidades não realizadas. Então, o que eles rejeitam em (B1) e (B2) não é a existência dessas coisas, mas antes que sua existência depende apenas do mundo actual. Sua existência depende também do modo como as coisas são em outros mundos possíveis igualmente reais.

Por essa razão, a resposta *tu quoque* ao argumento PD de Armstrong não é simplesmente um *ad hominem* de interesse limitado. Antes, ela mostra que o que foi sustentado como uma característica (uma característica objetável) da visão do teórico da potência é de fato uma característica de *qualquer* visão que aceite a existência de possibilidades não realizadas e não seja realista modal. Afinal de contas, se outros mundos possíveis não são reais, as possibilidades não actuais, já que existem, devem existir no mundo actual. Isso nos deixa a questão: como pode o não actual ser parte do actual sem contradição? Mas essa questão é uma questão que deve ser respondida por qualquer um que não seja um megariano ou um realista modal (i.e., pela maioria dos metafísicos). Retornarei a essa questão perto do fim deste artigo.

Ao rejeitar (A), o realista modal (MR) e o actualista megariano (MA) compartilham um comprometimento com:

(MR-MA) Se alguma possibilidade não realizada existe, ela existe (ao menos em parte) em algum outro mundo possível.

(Se A é falsa, então o ser de algo puramente actual não pode incluir uma possibilidade não realizada, e em particular o mundo actual não pode incluir uma possibilidade não realizada. Por isso, se alguma possibilidade não realizada existe, ela existe (ao menos em parte) em algum outro mundo possível).

O ponto de divergências dos empreendimentos realista modal e actualista megariano é a atitude para com a verdade ou falsidade da antecedente e da consequente do (MR-MA). O realista

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

modal aceita a antecedente e, assim, aceita a consequente. O actualista megariano nega a consequente e, assim nega também a antecedente.

O argumento PD de Armstrong mostra que oficialmente ele rejeita (A). Neste caso ele precisa decidir se ele é um realista modal ou um actualista megariano. Claramente ele não é um realista modal. É então ele um actualista megariano? Parece que suas simpatias são bem próximas do actualismo. O argumento desta seção, até este ponto, é que se ele rejeita (A) e rejeita o realismo modal, então ele deve aceitar o actualismo megariano. Isto é problemático para Armstrong porque ele não quer compartilhar da rejeição actualista megariana de nossa conversa sobre disposições não manifestadas e outras possibilidades não realizadas. De fato, ao invés de rejeitar todas as possibilidades não realizadas, ele tem uma teoria sobre quais possibilidades não realizadas há. As possibilidades que há são combinações de elementos do mundo actual (Armstrong, 1989). A questão fundamental, então, é essas combinações são reais? Claramente, não; com exceção da combinação que é o mundo actual. Então, como podem essas combinações irreais dar qualquer suporte à verdade de frases modais? A resposta inicial de Armstrong foi dizer que elas são ficções. Há duas maneiras de sermos ficcionalistas. A primeira toma as próprias frases de possibilidade como ficções. Isso seria paralelo ao ficcionalismo de Field sobre a matemática. Nesta visão, frases asserindo possibilidades não realizadas são falsas, embora possam ser úteis de certas maneiras. Tal visão seria uma versão do actualismo megariano. Uma alternativa seria tomar ‘possivelmente p ’ como verdadeiro se, e apenas se, de acordo com a ficção dos mundos possíveis, há um mundo em que p . A última visão nega (MR-MA) e, portanto, aceita (A). Assim, possibilidades não realizadas são partes do mundo actual. Porém, de um modo não problemático, análogo ao modo não problemático no qual os trabalhos de Conan Doyle são partes do mundo actual. A última visão enfrenta vários problemas que foram discutidos por Gideon Rosen e que levaram Armstrong a desistir do ficcionalismo. Agora ele propõe que os mundos sejam somas mereológicas de entidades atômicas (particulares e universais). Não há espaço aqui para discutir a idéia em detalhes, muito menos as objeções que ela enfrenta. Entretanto, vale a pena notar dois pontos relevantes para a discussão corrente. Primeiro, se as somas mereológicas realmente existem sem que isso nos comprometa ao realismo modal, então elas são partes do mundo actual. Então (A) é, afinal de contas, verdade nesta visão. Neste caso, Armstrong não pode confiar na implausibilidade intuitiva de (A) quando usa seu argumento PD. Com outras palavras, Armstrong objeta que disposições não realizadas apontam para possibilidades não realizadas, e assim parecem nos levar para além do mundo actual. Mas por que devemos aceitar essa conclusão? Por que não é o caso que elas apontam para somas mereológicas ou para algo mais que é uma parte integral do mundo actual?

Segundo, a abordagem de Armstrong da possibilidade requer como axioma um princípio de Independência – entidades simples são (modalmente) independentes umas das outras. Este princípio implica que nenhuma propriedade simples é uma potência e, já que nenhum complexo de propriedades

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

categóricas pode constituir uma potência, ele implica que nenhuma propriedade é uma potência. Se a utilização dos argumentos AM e PD por Armstrong são apelos a intuições pré-teóricas sobre a modalidade, então tudo bem. Mas se tentarmos tornar os argumentos mais robustos, ao pensarmos bem sobre a detalhada natureza da modalidade, vemos que as respostas de Armstrong excluem as potências desde o início. Neste caso, Armstrong não pode usar suas respostas como base de um argumento contra as potências sem cometer petição de princípio.

6 Há Possibilidades Não Realizadas

No parágrafo 4, considerei a acusação de que o teórico da potência impregna o mundo com possibilidades não manifestadas. Minha resposta foi que Armstrong deve impregnar o mundo com as mesmas possibilidades. De fato, argumentei que qualquer um deve impregnar o mundo com estas possibilidades, a menos que seja um actualista megariano ou um realista modal. Assim, há um problema geral para qualquer um, tal como Armstrong e eu mesmo, que rejeite o actualismo megariano ou o realismo modal. Nesta seção, eu esboço uma resposta para esse problema. Ainda que eu não sugira que essa é a única solução possível para o problema, de fato penso que é a solução mais plausível.

Considere o pedaço de papel em branco na minha frente. Eu posso fazer o papel se tornar um cisne de origami. Mas nunca farei isso – ao invés disso, vou utilizá-lo para tacar fogo e queimá-lo. O fato de que eu poderia fazer o papel se tornar um cisne de origami significa que é possível que haja um cisne de origami. O realista modal aceita essas asserções, mas, com efeito, as toma como asserções não modais não sobre o mundo actual, mas sobre outros mundos possíveis. O actualista megariano negará as asserções relevantes. Não há um cisne de origami possível criado a partir do meu pedaço de papel, seja neste mundo ou em qualquer outro. O argumento do parágrafo 5 é que se rejeitamos ambos, não temos outra possibilidade a não ser tomar a possibilidade do cisne de origami como parte deste mundo.⁹ Mas o que são possibilidades? Neste caso, parece bastante claro que a possibilidade o próprio possível cisne de origami. Pois haver a possibilidade de um cisne de origami é haver um possível cisne de origami. E, assim, há possibilidades não realizadas. Outro modo de ver isso é refletir sobre o fato de que podemos contar possibilidades não realizadas assim como contamos possibilidades realizadas. Jogo um dado e o resultado é ‘3’. Assim como há seis faces, houve seis possibilidades de resultados para a jogada, uma das quais foi actual e cinco das quais foram meramente possíveis. O fato de que podemos falar de seis (existentes inegavelmente) faces e seis resultados possíveis ao mesmo tempo

⁹Que há possibilidades para serem quantificadas é mais óbvio para o teórico do fazedor de verdade, já que ele requer a existência (e não apenas a possível existência) de algo para fazer ‘ $\diamond\exists xFx$ ’ verdadeira. Isto, é claro, não nos diz o que são as possibilidades. O que quer dizer que o que se segue não depende da idéia do fazedor de verdade e, de fato, parece inconsistente com ela.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

sugere que a quantificação envolvida na anterior é a mesma da quantificação envolvida na posterior e que em ambos os casos a quantificação tem âmbito máximo.

Na realidade, o que estou sugerindo é que ao rejeitarmos (MR-MA) e aceitarmos (A), devemos nos comprometer à fórmula de Barcan:

$$(BF) \diamond \exists x Fx \rightarrow \exists x \diamond Fx$$

Os méritos e deméritos da fórmula de Barcan têm sido muito discutidos. Uma das razões mais convincentes para aceitá-la é que ela é um teorema dos sistemas mais simples e naturais de lógica modal quantificada, e.g., S5 mais as regras normais de quantificação com identidade.¹⁰ É verdade que a semântica de Kripke para a lógica modal fornece modelos relativamente simples nos quais BF é falsa. Mas devemos notar que a axiomatização da lógica modal torna-se, então, muito mais complicada. Além do mais, a semântica de Kripke não é sem os seus problemas, já que ela exige da linguagem objeto que a quantificação seja restrita a domínios particulares, correspondentes aos mundos possíveis, ao passo que a metalinguagem não é tão restrita. Na metalinguagem somos aptos a dizer que há coisas em outros mundos que não estão no mundo actual (de fato, temos de ser aptos a dizer isso a fim de asserir que BF é falsa). Tal asserção quantifica sobre entidades de todos os domínios, e não apenas do domínio do mundo actual (ver Williamson, 1998).

Parece-me que a rejeição intuitiva da fórmula de Barcan tem sua fonte na mesma imagem que nos inclina a pensar que se há afinal alguma modalidade, deve haver mundos possíveis não actuais. Suspeito também que essa imagem é sustentada pelo princípio do fazedor de verdade, aceito por Armstrong, de que toda verdade é feita verdade por alguma coisa. É digno de nota que Timothy Williamson argumente que o princípio do fazedor de verdade é inconsistente com a fórmula de Barcan conversa $\exists x \diamond Fx \rightarrow \diamond \exists x Fx$ (CBF) (Williamson, 1999). Que imagem deveria entrar no lugar da que rejeito? Não é claro se ter alguma imagem é de alguma ajuda em metafísica modal. Até aqui estou inclinado a pensar que Wittgenstein estava certo quando nos instruiu a nos livrar das imagens e, ao invés, observar cuidadosamente a gramática – se por esta última nós entendemos uma atenção cuidadosa à lógica. Parte do problema advém do modo como Armstrong e alguns outros falam das possibilidades não realizadas. Ao falarmos de possibilidades ‘não actuais’, é tentador pensar que ou não há tais coisas (actualismo megariano), ou que há tais coisas, mas apenas em outros mundos não actuais (realismo modal). Cometer-se-ia menos petições de princípio ao (e seria mais de acordo com o uso comum) falarmos antes de possibilidades ‘não realizadas’ do que de possibilidades ‘não actuais’. Há possibilidades realizadas e possibilidades não realizadas: todas elas são possibilidades. A principal diferença entre uma possibilidade realizada e uma não realizada é, brevemente falando, que apenas a

¹⁰Cf. LPC=S5 em Hughes & Cresswell, 1996, pp. 243-244, 312-313) e S5QT= em Girle, 2000, pp. 55-56.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

primeira tem propriedades não modalizadas. Isto é, alguém que faça um cisne de origami criou algo com a propriedade de se parecer com um cisne, mas o cisne de origami possível que eu poderia ter feito, mas não fiz, não tem essa propriedade. Antes, ele é tal que possivelmente se parece com um cisne. O primeiro cisne de origami faz ser o caso que $\exists xSx$ (onde Sx se, e apenas se, x se parece com um cisne), ao passo que o meu cisne de origami possível é suficiente apenas para $\exists x\Diamond Sx$. À luz do que foi dito, não há razões para supor que o ser das potências se estende para além ‘do mundo actual’ (viz., o domínio de quantificação) em algum mundo possível. Há apenas um mundo e ele contém todo o ser das potências.

Timothy Williamson chama as possibilidades realizadas de ‘concretas’ e as possibilidades não realizadas de ‘não concretas’. Esta terminologia convida uma objeção armstronguiana, a de que as possibilidades não realizadas entram em conflito com o naturalismo. Como diz Armstrong: “o meramente possível não pode estar em nenhuma relação com o actual. Apenas o actual pode ter efeitos sobre o actual. De fato, o meramente possível não pode estar em nenhuma relação *externa* com o actual, como por exemplo, qualquer relação espaço-temporal” (Armstrong, 1997, 149).¹¹ Armstrong também sustenta que apenas o que é causalmente eficaz existe, aderindo ao que ele chama de Princípio Eleata: “tudo que existe faz diferença para os poderes causais de algo” (Armstrong, 1997, p. 41). Então, pareceria que possibilidades não realizadas não existem.

O termo ‘existe’ pode ser problemático. Desde o início eu tenho tomado como existindo somente tudo que há: x existe se, e apenas se, $\exists y(y=x)$. Mesmo assim, não é claro que os princípios de Armstrong sejam verdadeiros e que, ao mesmo tempo, produzem a conclusão mencionada. Entender o Princípio Eleata como Armstrong determinou exclui que haja dois mundos tais que no primeiro x existe e que no segundo x não existe, e que todavia os poderes causais de todas as coisas sejam os mesmos nos dois mundos. CBF exclui tais pares de mundos – o que é possível existe em todos os mundos; portanto, vamos colocar CBF de lado e considerar o Princípio Eleata nos termos de Armstrong. Seja x um estado de coisas possível que é a manifestação possível (mas não realizada) de uma potência D num objeto a . Como viemos discutindo, a existência do estado de coisas Da implica a existência de x . Agora considere um mundo no qual x não existe. Dado que a existência de Da implica a existência de x , um mundo no qual x não existe é um mundo no qual Da não existe. Consequentemente, num mundo sem x , o objeto a não pode possuir a potência D . E, então, a existência da possibilidade não realizada, x , faz diferença para os poderes causais de algo, a saber, a . Assim, inclusive se for verdade que possibilidades não realizadas não causam nada, ainda é o caso que sua existência possa fazer diferença para os poderes causais das coisas. Em outras palavras, o Princípio Eleata é satisfeito por qualquer coisa que sobrevém aos poderes causais das coisas. E isto é verdade

¹¹(Ênfase original) Penso que podemos resistir a esta asserção. Afinal de contas, é a possibilidade de o vaso quebrar que me faz tratá-lo com cuidado. Veja abaixo.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

das manifestações não realizadas dos poderes causais das coisas. Então, a conclusão de que manifestações não realizadas não são reais (de que não há tais coisas) não se segue das premissas dadas.

Além do mais, há base para asserirmos que as manifestações não realizadas dos poderes *podem* entrar em relações causais com coisas actuais. Façamos um objeto que não é frágil tornar-se frágil por resfriamento. Façamos depois com que ele seja aquecido de modo a não continuar frágil. Durante o período de fragilidade, há uma desintegração não manifestada do objeto. Tal desintegração não manifestada, que não estava presente inicialmente, foi trazida à existência pelo resfriamento do objeto. Portanto, o resfriamento causou a existência da desintegração não manifestada. Consequentemente, uma possibilidade não realizada pode ter relações causais ao ser o efeito de algum evento ou fato indiscutivelmente real. Agora considere o caso onde um objeto frágil sofre um choque e desintegra. Esta desintegração terá vários efeitos (surpresa, um barulho, uma confusão, um dedo cortado). A desintegração é o mesmo evento que a possibilidade de desintegração mudando de ser não realizada para ser realizada. Então, parece correto dizer que a possibilidade de desintegração, ao tornar-se realizada, tem vários efeitos. O ponto torna-se mais claro com uma análise contrafactual da causação. Se a possibilidade de quebrar não tivesse existido (i.e. se quebrar tivesse sido impossível), não teria havido nenhuma surpresa, barulho, confusão etc. Então, neste caso, uma possibilidade não realizada pode ter relações causais ao ser uma causa.

7 Conclusão

As potências, se elas existem, são essencialmente propriedades modais. Isso as faz não categóricas no sentido de Armstrong. As propriedades modais são suspeitas para Armstrong, já que elas vão além do mundo actual dentro do reino do meramente possível. Para Armstrong, o meramente possível são não-coisas; elas não são reais, elas não existem. Isto é assim porque meras possibilita (tais como as manifestações não realizadas das potências) seriam uma violação ao naturalismo.

Mas tais preocupações não causam impacto somente em propriedades modais essenciais, como as potências. Elas causam impacto em qualquer característica modal não trivial do mundo. E Armstrong pensa que o mundo tem características modais – por exemplo, ele pensa que leis de fato sustentam contrafactuals. Portanto, se os argumentos de Armstrong fossem sólidos, eles trariam problemas não apenas para o teórico da potência, mas também para Armstrong e para qualquer um que não pense que nossas asserções modais estão erradas em grande escala. (Não é surpreendente que as visões anteriores de Armstrong sobre a modalidade fossem ficcionalistas.)

O que deu errado? Meu diagnóstico é que Armstrong está preso numa imagem dominada pelo realismo modal, de acordo com a qual meras possibilita não podem existir com respeito ao mundo

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

actual, mas o podem com respeito a outros mundos possíveis. Assim, se há propriedades modais, elas devem ser propriedades transmundanas. Portanto, parece que estamos face a um dilema. Se aceitamos propriedades modais, aceitamos também outros mundos possíveis (viz., realismo modal). Mas isso parece entrar em conflito com naturalismo causal, que requer que postulemos nada além do que é causalmente ativo. Ou ficamos com o naturalismo e negamos a existência de outros mundos possíveis (viz., actualismo megariano).

O caminho para sairmos do dilema é rejeitarmos a imagem oferecida pelo realismo modal. As meras possibilita não são coisas que existem (se afinal existem) em outros mundos, mas não neste mundo. A própria afirmação ‘as meras possibilita são coisas que existem em outros mundos, mas não neste’ é uma contradição, se aceitarmos que existir é ser: x existe se, e apenas se, $\exists y(y=x)$. O último pensamento deve nos encorajar a deixar de pensar em imagens e intuições para refletir sobre a lógica da modalidade. A lógica modal quantificada e axiomatizada mais simples, e a que permite uma semântica onde a linguagem objeto e a metalinguagem estão em harmonia, é uma lógica na qual a fórmula de Barcan se mostra verdadeira. A fórmula de Barcan nos diz que há meras possibilita – há entidades que são possivelmente assim e assado. (E, então, novamente a partir da pressuposição de que ser é existir, meras possibilita existem.)

Retornando às nossas preocupações originais, deve estar agora claro que Armstrong não fornece razões para duvidarmos da existência das potências. Com efeito, a crítica contra as potências era sua relação com as possibilidades não realizadas. A essência de uma potência implica a existência de uma possibilidade, sua manifestação, que pode permanecer não realizada. Portanto, o ser de uma potência pode incluir uma mera possibilidade. Assim, se há algo de objetável com relação às meras possibilidades (por exemplo, que elas não existem), então esta será uma razão para também objetar às potências. Porém, como vimos, não há nada de objetável com relação às meras possibilita, e de fato a lógica as requer. Não precisamos nos preocupar que as potências apontem ou incluam algo que não existe. Manifestações não realizadas são partes do mundo tanto quanto as manifestações que são realizadas. A diferença não é em sua realidade ou existência, mas simplesmente em se elas são realizadas ou não.

Referências

- Armstrong, D. M. *A Combinatorial Theory of Possibility*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
 _____. *A World of State of Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
 Bird, A. J. “Strong Necessitarianism: The Nomological Identity of Possible Worlds”. *Ratio*. XVII (2004), pp. 256-276.
 _____. “Dispositions and Antidotes”. *Philosophical Quarterly*. XLVIII (1998), pp. 227-234.
 Blackburn, S. ‘Filling in Space’. *Analysis*. L (1990), pp. 62–65.
 Crane, T. (ed). *Dispositions: a debate*. London: Routledge, 1996.
 Ellis, E. & C. Lierse. “Dispositional Essentialism”. *Australasian Journal of Philosophy*. LXXII (1994), pp. 27–45.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------

- Fine, K. "Essence and Modality". In Tomberlin, J. (ed). *Philosophical Perspectives 8: Logic and Language*. Atascadero: Ridgeview Publishing, 1994, pp. 1–16.
- Girle, R. *Modal Logics and Philosophy*. Acumen: Chesham, 2000.
- Holton, R. "Dispositions All the Way Round". *Analysis*. LIX (1999), pp. 9–14.
- Hughes, G. & M. Cresswell. *A New Introduction to Modal Logic*. London: Routledge, 1996.
- Locke, J. *Essay Concerning Human Understanding*. A.D. Woozley (ed). London: Fontana, 1964 (original de 1690).
- Martin, C. B. "Dispositions and Conditionals". *Philosophical Quarterly*. XLIV (1994), pp. 1–8.
- Place, U. T. "Intentionality as the Mark of the Dispositional". *Dialectica*. L (1996), pp. 91–120.
- Prior, E. *Dispositions*. Aberdeen: Aberdeen University Press, 1985.
- Williamson, T. "Bare Possibilia". *Erkenntnis*. XLVIII (1998), pp. 257–273.
- Williamson, T. "Truthmakers and the Converse Barcan Formula". *Dialectica*. LIII (1999), pp. 253–270.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 1	Julho 2011	p. 194-209
-----------------	-------------------	--------------	---------------	---------------	------------